



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA MANUTENÇÃO CFTV

<p>A. OBJETO</p> <ol style="list-style-type: none"> O presente objeto contempla manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças para reposição, nos sistemas de circuito fechado de TV (CFTV) de todas as localidades elencadas no item C. O sistema de CFTV é predominantemente analógico, baseado em sistema de gravação por DVR's. Apenas o sistema de CFTV na unidade Teresópolis é baseado em tecnologia IP, com sistema de gravação por NVR's. A licitação será feita por menor preço global. O contrato para prestação dos serviços terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses. SIASG 1312-9 – CAT SERV
<p>B. DEFINIÇÕES</p> <ol style="list-style-type: none"> <p>MANUTENÇÃO: A manutenção é entendida como o conjunto de atividades técnicas administrativas com vistas à conservação da vida útil sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação dos equipamentos ou componentes das instalações, o que inclui o funcionamento integral do sistema de acesso remoto (visualização e operacionalização do sistema de CFTV local em localidade fisicamente distinta), onde ele estiver operando. Poderá ser corretiva e/ou preventiva, entendendo-se por:</p> <ol style="list-style-type: none"> Manutenção preventiva - aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos ou componentes das instalações, sem excluir a necessidade de correção desses equipamentos para o funcionamento integral do sistema, de acordo com os manuais, inspeções e normas técnicas, incluindo as trocas de peças e ajustes que se fizerem necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos e instalações; Manutenção corretiva - aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos ou componentes das instalações, colocando-os em perfeitas condições de uso, sendo executada como resultado da permanente supervisão a ser efetuada pela CONTRATADA ou por solicitação da fiscalização do contrato, se sua necessidade for verificada fora do prazo estipulado mensalmente para a realização, na localidade, da manutenção preventiva; GARANTIA: cobertura, de no mínimo 12 meses, contra qualquer defeito de fabricação dos equipamentos e componentes novos dos sistemas. DEFEITO: anormalidade no Sistema ou em um dos seus equipamentos que impeça o desenvolvimento pleno de sua função; CONTRATADA: empresa vencedora da licitação pelo preço global e que formalizará Termo de Contrato com a Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

6. CONTRATANTE: Justiça Federal do Primeiro Grau no Rio de Janeiro.

C. LOCAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Os serviços serão prestados nas dependências da CONTRATANTE, no Estado do Rio de Janeiro, conforme endereços abaixo:

- 1.1. NOVA FRIBURGO - Rua Hans Geiser, 26, Centro, Nova Friburgo [RJ]
- 1.2. PETROPOLIS – Avenida Koller, 167, Centro, Petrópolis [RJ]
- 1.3. TRES RIOS – Rua Barbosa de Andrade, 101, Centro, Três Rios [RJ]
- 1.4. BARRA DO PIRAI – Rua Jose Alves Pimenta, 1091, Matadouro, Barra do Pirai [RJ]
- 1.5. CAMPOS – Praça Santíssimo Salvador, 62, Centro, Campos dos Goytacazes [RJ]
- 1.6. TERESOPOLIS – Rua Carmela Dutra, 181, Agriões, Teresópolis [RJ]

D. DOS SERVIÇOS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. O contrato para prestação dos serviços terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses.
- 1.2. Todos os itens que compõem os sistemas a serem mantidos podem ser visualizados no **Anexo 2**;
- 1.3. O início dos serviços somente será autorizado após reunião presencial com a CONTRATANTE, a ser agendada no prazo de até **07 dias corridos** após a assinatura do contrato.
- 1.4. O início dos serviços de MANUTENÇÃO somente será autorizado com a emissão da **Ordem de Serviço**, após envio por parte da CONTRATADA de relatório à Gestão do contrato, discriminado no subitem 1.4.2.
 - 1.4.1. **INVENTÁRIO:** a CONTRATADA deverá realizar o inventário e avaliação da situação atual dos sistemas de CFTV em todas as localidades constantes no **item C**, abrangendo os equipamentos, os softwares e a infraestrutura, com prazo de entrega de até **15 dias** após a reunião de que trata o **item D.1.3**.
 - 1.4.2. **RELATÓRIO:** como resultado, a CONTRATADA deverá apresentar, até **5 dias** após o envio do inventário de que trata o subitem 1.4.1, um relatório para cada localidade constante no **item C**, informando o quantitativo atualizado dos equipamentos, defeitos e falhas, bem como eventuais observações.
 - 1.4.2.1. Após análise do relatório da Contratada e sendo aprovado pela CONTRATANTE, esta dará origem para a CONTRATADA a um Chamado Técnico, que é a autorização para o início do serviço de manutenção preventiva/corretiva.
- 1.5. A CONTRATADA deverá efetuar o registro do contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, com base na Lei nº 6.496, de 07.12.77, bem como apresentar





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

a ART do referido contrato com respectiva guia paga em até **5 (cinco) dias úteis** após assinatura do mesmo.

- 1.6.** Fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, pareceres ou laudos técnicos, os quais serão elaborados e assinados pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, que obrigatoriamente deve possuir em seu quadro permanente, profissional (is) detentor (es) de atestado (s) de capacidade técnica que tenha(m) atuado em instalação e manutenção de sistema de CFTV devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.
- 1.7.** O Responsável Técnico da CONTRATADA deverá estar disponível, sempre que necessário ou solicitado pela CONTRATANTE, seja para emitir pareceres técnicos, seja para esclarecer dúvidas, ou ainda os casos de urgência, sendo fornecido à CONTRATANTE, também, neste caso, o telefone celular do Responsável Técnico.
- 1.8.** Para efeito de faturamento, e independentemente da quantidade de manutenções corretivas que, dentro do mês de referência, fizerem-se eventualmente necessárias, será considerada a **manutenção preventiva** que ocorrer em cada uma das localidades listadas no item C, entre os dias 10 do mês de referência e o dia 10 do mês seguinte, salvo outro período definido entre as partes e **salvo o disposto pelo item D, subitem 2.**
 - 1.8.1.** Excepcionalmente, na ausência de manutenção preventiva em alguma unidade, será considerada como início de faturamento a **primeira manutenção corretiva** que eventualmente ocorrer na localidade referida, durante o mês de referência.

2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

- 2.1.** Os serviços deverão ser realizados preferencialmente fora do horário normal de expediente, no período compreendido entre **07h00min e 10h00min** e devem ser previamente solicitados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, com no mínimo **72 (setenta e duas horas)** de antecedência.
 - 2.1.1.** A CONTRATANTE poderá autorizar ou não a sua execução, face à necessidade da verificação de prioridades e interesses da Administração.
- 2.2.** Excepcionalmente mediante solicitação justificada, poderá ser autorizado horário diverso para execução dos serviços.
- 2.3.** Desde que devidamente justificado por escrito, é facultado à CONTRATANTE, a qualquer tempo, suspender os serviços de manutenção preventiva e corretiva em uma ou mais unidades, face à necessidade de verificação de prioridades e interesses da Administração.

3. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 3.1.** A CONTRATADA manterá todos os componentes e sistemas em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva necessários a permitir a operação do sistema de CFTV e do sistema de acesso remoto, sem alterar as características técnicas dos mesmos.
- 3.2.** As manutenções preventivas deverão ser realizadas **mensalmente**, em data a ser estipulada pela CONTRATANTE após reunião de que trata o item **D.1.3.**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 3.3. O término da manutenção preventiva, para cada localidade constante no **item C**, deverá ser finalizado em até **10 (dez) dias úteis** após a sua solicitação.
- 3.4. O roteiro de manutenção de CFTV será baseado nas rotinas mínimas de manutenção preventiva conforme **Anexo 4**, nas normas técnicas pertinentes e nas recomendações dos fabricantes. O documento do referido **Anexo 4** será enviado, por meio eletrônico, à CONTRATADA, que deverá detalhar as rotinas realizadas e devolvê-lo, no tempo adequado e devidamente assinado pelo EXECUTANTE e pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO da empresa.
- 3.5. Após o término das ações, a CONTRATADA deverá apresentar relatório detalhado dos procedimentos realizados.
- 3.6. Em caso de necessidade de manutenção preventiva com paralisação parcial ou total do sistema, poderá ocorrer, a critério da CONTRATANTE, agendamento com a CONTRATADA para períodos noturnos, fins de semana ou feriados.
- 3.7. A solicitação para o início do serviço de Manutenção Preventiva para as localidades constantes no **item C** ocorrerá após o Chamado Técnico de que trata o item 1.4.2.1.
- 3.8. Conforme previsão do item D, subitem 2.1., a CONTRATANTE poderá autorizar ou não a execução da **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**, face à necessidade da verificação de prioridades e interesses da Administração.

4. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 4.1. A manutenção corretiva consiste no reparo ou reposição do componente defeituoso bem como seus ajustes para garantir o pleno funcionamento do sistema de CFTV e do sistema de acesso remoto;
- 4.2. O roteiro de manutenção de CFTV será baseado nas rotinas mínimas de manutenção corretiva conforme **Anexo 4**, nas normas técnicas pertinentes e nas recomendações dos fabricantes.
 - 4.2.1. O documento do referido **Anexo 4** será enviado, por meio eletrônico, à CONTRATADA, que deverá detalhar as rotinas realizadas e devolvê-lo, no tempo adequado e devidamente assinado.
- 4.3. As peças danificadas que estiverem no período de garantia descrito no **item D.7** deverão ser substituídas por novas, pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 4.4. Caberá à CONTRATADA a reposição do componente novo, oriundo de garantia, que apresente defeito devido a erros de manuseio ou instalação.
- 4.5. A manutenção também relativa aos DVRs deverá incluir as seguintes atividades:
 - Substituição e formatação de HDs dos DVRs, quando necessário;
 - Configurações de ajuste nos DVRs instalados;
 - Instalação e configuração de novos DVRs;
 - Reformatação dos HDs;
 - Substituição de fontes e cooler dos DVRs;
 - Remanejamento de DVRs;
 - Recuperação de imagens gravadas.
 - Reposicionamento das câmeras, caso necessário.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 4.6.** A manutenção corretiva dar-se-á através da abertura de chamado técnico pela CONTRATANTE, descrevendo todas as informações relevantes para a análise da CONTRATADA.
- 4.7.** Ao receber o chamado técnico, a CONTRATADA deverá gerar uma Ordem de Serviço, que deverá ser finalizada obedecendo aos prazos de atendimento citados no **item D.8.**
- Alternativamente poderão ser considerados como chamados as mensagens automáticas de falhas do sistema que sejam redirecionadas para a CONTRATADA.
 - Todas as solicitações serão registradas pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.
 - Para efetivação dos chamados, a CONTRATADA deverá disponibilizar canais de comunicação, tais como telefones ou celulares e e-mails, para o pessoal capacitado envolvido com a manutenção.
 - Os meios de comunicação deverão ser informados ao fiscal do contrato e qualquer alteração deverá ser imediatamente comunicada.
 - Casos excepcionais, em que os serviços não puderem ser atendidos dentro do prazo estabelecido, a dilatação deste poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que o atraso seja justificado pela CONTRATADA e que a CONTRATANTE julgue pertinente.
 - Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar os reparos em forros, divisórias, paredes e piso, incluindo a reposição de gesso, pintura e outros acabamentos, utilizando para tal, material similar em qualidade e características técnicas, em caso de avarias durante a execução das manutenções.
- 4.8.** Após a conclusão do serviço de manutenção corretiva por parte da CONTRATADA, o servidor designado para fiscal local (setorial) do contrato deverá verificar o correto funcionamento do equipamento e atestar a Ordem de Serviço, assinando inclusive o roteiro de manutenção do **Anexo 4**;
- 4.9.** Caso seja diagnosticada alguma falha, defeito ou desconformidade com as especificações, a CONTRATADA deverá realizar as devidas correções no prazo estipulado pela CONTRATANTE;
- 4.10.** Conforme previsão do item D, subitem 2.1., A CONTRATANTE poderá autorizar ou não a execução da **MANUTENÇÃO CORRETIVA**, face à necessidade da verificação de prioridades e interesses da Administração.

5. DO RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO

- 5.1.** A CONTRATADA deverá elaborar relatórios detalhados das manutenções e visitas técnicas realizadas, informando:
- a) A quantidade e quais ITENS sofreram manutenção preventiva, informando data/hora e quais atividades foram realizadas, quais peças foram substituídas, diagnóstico e outras observações pertinentes;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- b) A quantidade e quais os ITENS sofreram manutenção corretiva no mês, informando data e hora de abertura/encerramento do chamado, unidade e servidor solicitante, quem autorizou, quais peças foram substituídas, diagnóstico e outras observações pertinentes;
 - c) A quantidade de visitas técnicas realizadas no mês, informando data e hora de abertura/encerramento do chamado, unidade e servidor solicitante, quem autorizou, quais serviços foram realizados, diagnóstico e outras observações pertinentes;
 - d) As providências necessárias e/ou já adotadas ao bom funcionamento do sistema;
- 5.2.** Os relatórios deverão ser entregues à CONTRATANTE, no mês subsequente aos serviços de manutenção, juntamente com a nota fiscal de serviço.

6. DO FORNECIMENTO DE ITENS

- 6.1.** Todos os itens fornecidos deverão ser de primeiro uso e conter no, mínimo, as especificações constantes no **Anexo 3**;
- 6.2.** Todas as peças fornecidas pela CONTRATADA deverão ser incluídas na garantia que trata o **item D.7**.
- 6.3.** Caso seja necessária a substituição de peças defeituosas, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, que deverá autorizar da mesma forma a substituição;
- 6.4.** Os insumos necessários à prestação dos serviços, a exemplo dos parafusos, porcas, pregos, arruelas, óleo de lubrificação, buchas, cola, líquidos para limpeza, lixas, solda, entre outros, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicional a CONTRATANTE;
- 6.5.** As peças e equipamentos substituídos deverão ser devolvidos à CONTRATANTE;
- 6.6.** As peças, equipamentos e materiais fornecidos deverão seguir as especificações contidas neste documento e possuir, no mínimo, as mesmas características técnicas das já existentes;
- 6.7.** Produtos similares deverão sempre atender às necessidades a que se destinam e garantir os mesmos padrões de qualidade, durabilidade, estética e eficiência dos materiais já existentes, devendo ser apresentados previamente e aprovados pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 6.8.** A CONTRATADA somente efetuará a retirada de quaisquer peças e/ou componentes do sistema CFTV para manutenção fora das dependências da CONTRATANTE após autorização formal desta, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento e devolução ao local em que deve ser instalado, bem como pelas despesas operacionais decorrentes;
- 6.9.** Todas as peças e equipamentos fornecidos deverão seguir os padrões adotados pela CONTRATANTE, ser compatíveis com os componentes mencionados no **Anexo 3**, ser comprovadamente de primeiro uso e deverão atender rigorosamente:
 - Às normas e especificações constantes deste documento, especialmente ao que dispõe o **Anexo 3**;
 - Às normas da ABNT;
 - Às disposições legais da União e do Estado do Rio de Janeiro;
 - Às prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos e peças;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

6.10. Caso algum modelo seja descontinuado, a CONTRATADA deverá propor a utilização do respectivo substituto, que atenda aos requisitos desta especificação técnica, em especial o **Anexo 3**.

6.11. A utilização de peças e equipamentos substitutos fica condicionada à aprovação da CONTRATANTE.

7. DA GARANTIA

7.1. Todas as peças e equipamentos fornecidos deverão possuir garantia pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;

7.2. A CONTRATADA deverá entregar os Certificados de Garantia emitidos pelos fabricantes das peças e equipamentos fornecidos;

7.3. Em caso de falha na manutenção que ocasione dano a qualquer equipamento e/ou a perda da GARANTIA, a CONTRATADA passará a responsabilizar-se pelo restante da GARANTIA e pela manutenção desse equipamento.

7.4. É responsabilidade da CONTRATADA a manutenção de uma planilha atualizada, contendo a relação das peças novas que foram instaladas, juntamente com a respectiva data de instalação, prazo de garantia, número serial (se aplicável) e demais informações relevantes.

8. DOS PRAZOS

8.1. Após abertura de chamado técnico os prazos máximos são os seguintes:

a) Para Atendimento ao Chamado Técnico da Manutenção Corretiva:

Até 24 horas a partir do 1º dia útil após a abertura do chamado técnico

b) Para Solução da Ordem de Serviço:

Até 48 horas a partir do 1º útil após o atendimento no local do chamado.

Mediante justificativa, a ser apreciada pelo gestor/fiscal do contrato, poderá ocorrer a dilação de prazo.





E. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. A CONTRATADA deverá informar, em no máximo **15 dias corridos** da assinatura do contrato, a lista de pessoal capacitado e autorizado para a prestação dos serviços;
- 1.2. A CONTRATADA se responsabilizará integralmente por quaisquer ônus ou danos causados em decorrência da prestação dos serviços;
- 1.3. A qualquer momento, caso não esteja satisfeita com a prestação dos serviços, a CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de pessoal.
- 1.4. A CONTRATADA fornecerá, às suas expensas, todos os equipamentos e ferramental de trabalho (como por exemplo: escadas, equipamentos de proteção individual, chaves de fenda, andaimes, instrumentos de medição, furadeiras elétricas, entre outros), e tudo o mais que for necessário à perfeita execução dos serviços.
- 1.5. O transporte de materiais, ferramentas, pessoal e equipamentos também serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus a CONTRATANTE.
- 1.6. Para qualquer serviço em que a CONTRATADA incorrer em imperícia, descuido, incompetência ou quaisquer outros atos comprovados que levem a induzir ou provocar danos de qualquer natureza a qualquer equipamento, peça, ou instalação da CONTRATANTE, inclusive aqueles que estejam fora do escopo do objeto desta especificação, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela recuperação e/ou reparos necessários.
- 1.7. Os serviços executados deverão obedecer rigorosamente:
 - Às normas e especificações constantes deste caderno;
 - Às normas da ABNT;
 - Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
 - Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
 - À Resolução nº 1025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA)
 - Às normas vigentes de segurança e medicina do trabalho, principalmente no que se refere à NR-10.

2. DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

- 2.1. A contratada e os respectivos funcionários que atuarão nas dependências da CONTRATANTE, assim como eventuais subcontratadas e seus funcionários, deverão firmar o Termo de Compromisso de Manutenção de sigilo (TCMS), **Anexo 5**, comprometendo-se a:
 - Manter sigilo relativo ao objeto e à sua execução, de acordo com o **Anexo 5**;
 - Adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto;
 - Identificar as pessoas que podem ter acesso à informação classificada em qualquer grau de sigilo e a áreas ou a material de acesso restrito, para fins de concessão de credencial de segurança e assinatura do **TCMS**, do **Anexo 5**;
 - Receber inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2.2. A contratada ainda deverá assumir a responsabilidade em relação aos procedimentos de segurança no caso de subcontratação, no todo ou em parte.

3. DA FISCALIZAÇÃO

3.1. O gerenciamento do contrato será realizado pelo Núcleo de Segurança da Justiça Federal, doravante denominado Gestor do contrato.

3.2. No curso da execução dos serviços, caberá ao CONTRATANTE fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa e quantitativa dos serviços prestados.

3.3. A fiscalização do contrato será realizada por servidores designados pela CONTRATANTE para este propósito.

3.4. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não implica corresponsabilidade sua ou do servidor designado para o acompanhamento do contrato, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA por danos que, em decorrência de culpa ou dolo, sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

3.5. A CONTRATANTE comunicará, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, cabendo à CONTRATADA a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4. EXTENSÃO DO FORNECIMENTO

4.1. GERAL

- Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra para a realização de serviços que estejam no escopo da contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, e o que se fizer necessário ao perfeito funcionamento do sistema.
- Os materiais serão novos, de classe e qualidade adequadas, e deverão estar de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT e normas citadas.

4.2. EMBALAGENS

- Todos os materiais e equipamentos serão entregues nas suas embalagens originais ou adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local de montagem.
- A FISCALIZAÇÃO verificará, ao chegarem os materiais ao local de montagem, a etiqueta com o nome do fabricante, nome comercial dos produtos, número dos lotes, conteúdo líquido das embalagens, condições de manuseio, condições de armazenagem do produto e estado de conservação dos materiais.
- A CONTRATADA se responsabilizará pela adequação, se necessário, de seus métodos de embalagem a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independente da inspeção e aprovação das embalagens pela FISCALIZAÇÃO ou pela CONTRATANTE.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

4.3. TRANSPORTE

- Todos os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA são considerados postos no local de execução dos serviços, sob a guarda da CONTRATADA.
- A CONTRATADA será responsável pelo transporte horizontal e vertical de todos os materiais e equipamentos desde o local de armazenagem até o local de sua aplicação definitiva.
- Para todas as operações de transporte, a CONTRATADA proverá pessoal, equipamentos e dispositivos necessários às tarefas em questão.
- A CONTRATADA deverá providenciar para todas as etapas do transporte os seguros necessários.

4.4. MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

- A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período do contrato, profissional (is) especializado(s) para acompanhamento dos serviços. Estes profissionais deverão fazer também a supervisão técnica da qualidade do serviço.
- Toda a mão de obra utilizada na execução dos serviços aqui descritos deverá ser tecnicamente habilitada para a realização dos mesmos.
- A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento de todo e qualquer material ou equipamento necessário para a realização com segurança de todo e qualquer serviço no ambiente de trabalho.

4.5. SERVIÇOS DE PRÉ-MONTAGEM

- A CONTRATADA deverá realizar a seleção final dos materiais a serem utilizados, sempre tendo o cuidado de verificar a equivalência técnica dos mesmos.

4.6. SERVIÇOS DE MONTAGEM

- Todos os serviços de montagem serão realizados conforme as normas técnicas aplicáveis, ou, quando não houver norma específica, conforme determinação da FISCALIZAÇÃO.
- Os serviços de montagem deverão seguir também as recomendações desta especificação e as informações dos desenhos; em caso de omissão das especificações e dos desenhos caberá à CONTRATADA realizar consulta prévia à FISCALIZAÇÃO antes de executar qualquer procedimento.
- A CONTRATADA deverá prover todos os materiais de consumo e equipamentos de uso esporádico, que possibilitem perfeita condução dos trabalhos dentro do cronograma estabelecido.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

F. PRAZO DE RECEBIMENTO	
1	Provisório: O serviço será recebido, provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a apresentação da nota fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplimento, juntamente com os documentos mencionados nos subitens 3.4, 3.5 e 4.2 do item D, para efeito de posterior verificação da conformidade com os serviços prestados.
2	Definitivo: A contar da data do recebimento provisório, o serviço será recebido definitivamente, para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 02 (dois) dias úteis , e para as de valor superior ao estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 05 (cinco) dias úteis , após o recebimento provisório.

G. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS.		
ITEM	LOCALIDADE	DESCRIÇÃO
G1	C.1.1. Nova Friburgo	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES
G2	C.1.2. Petrópolis	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES
G3	C.1.3. Três Rios	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES
G4	C.1.4. Barra do Pirai	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES
G5	C.1.5. Campos dos Goytacazes	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES
G6	C.1.6. Teresópolis	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES

H. DO IMR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO
<p>1. O valor integral pré-estabelecido em pregão para o pagamento mensal do serviço de manutenção de CFTV corresponde à integralidade do serviço prestado, que consiste na operacionalidade total do sistema, conforme os termos definidos neste item. Irregularidades na qualidade do serviço prestado, observáveis pelo fiscal geral do contrato, sujeitarão o pagamento do mês correspondente a descontos no valor mensal devido. Esses fatores de decréscimo serão objetivamente mensuráveis, ficarão limitados ao total de 30%</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

(trinta por cento) do valor inadimplido e, na eventualidade de inexecução parcial ou total do contrato, incidirão sem prejuízo das sanções cabíveis, definidas em edital.

1.2. A fórmula de cálculo do desconto supramencionado, devido pelo valor inadimplido, será a seguinte:

$$X = (0,02a + 0,015b + 0,01c) \times 0,3d$$

Onde: “a” é o número de faltas técnicas verificadas (item H, subitem 4), “b” é o número de dias de atraso para a conclusão da manutenção (item H, subitem 5), “c” é o número de assinaturas ausentes nos documentos pertinentes (item H, subitem 6), “d” é a integralidade do valor mensal do serviço de manutenção e “X” é o valor total do desconto devido ao valor mensal.

2. Eventuais descontos por deficiências na prestação do serviço deverão ser comunicados mensalmente por escrito à CONTRATADA, com a devida justificativa, em relatório de avaliação elaborado pelo gestor, de acordo com o modelo do **anexo 7**. O documento, a ser enviado à contratada por meio eletrônico e em formato PDF, deverá informar os critérios objetivos da aferição, item por item, descrevendo a percentagem a ser descontada, calculada em referência ao valor mensal do contrato.

2.1. A emissão de nota fiscal fica condicionada ao envio do **Relatório de Avaliação do Gestor (anexo 7)**. Exceto em caso de omissão de envio do relatório de avaliação dentro do prazo estabelecido (**subitem 2.3** do item H) ou devido a assentimento por escrito do gestor do contrato.

2.2. O gestor do contrato terá até **5 (cinco) dias úteis** para enviar o referido relatório, contados da data do recebimento do(s) roteiro(s) de manutenção (**anexo 4**) e do(s) relatório(s) de manutenção do respectivo mês.

2.3. A CONTRATADA terá até **2 (dois) dias úteis** para apresentar ou não contestação ao relatório, contados de sua data de envio à CONTRATADA pelo gestor do contrato.

2.3.1 O gestor do contrato apreciará a contestação do **Relatório de Avaliação do Gestor** e emitirá seu parecer por meio eletrônico, em até **2 (dois) dias úteis**, contados da data do recebimento da contestação.

3. A CONTRATADA terá **90 (noventa) dias** de tolerância para adequação do serviço às demandas da CONTRATANTE e às peculiaridades do serviço. Dentro desse prazo, não será descontado qualquer valor devido ao pagamento mensal. Entretanto, os efeitos do prazo de tolerância serão desconsiderados para todos os fins, inclusive de rescisão e/ou glosa, caso ao seu fim esteja configurada e comprovada inexecução total ou parcial do contrato.

3.1. Caracteriza-se como inexecução parcial do serviço: a ausência de manutenção de CFTV em uma ou mais de uma edificação ou a soma de irregularidades identificadas, cujos itens de aferição devem totalizar, em um mês, um virtual desconto mensal correspondente a **15% ou mais do valor mensal do contrato**, considerando-se a limitação do desconto ao máximo de **30% do valor inadimplido**, conforme dispõe o subitem 1 do item H.

3.2. Caracteriza-se como inexecução total do serviço a ausência integral de manutenção dentro de um mês ou o acúmulo de **três (3) períodos de inexecução parcial**, dentro do ano em vigência.

4. Corresponderá a **1,5% (um por cento e meio) cumulativos** de desconto no pagamento do mês correspondente, calculado em referência à integralidade do valor mensal do contrato, a verificação de cada uma das 15 (quinze) desconformidades listadas a seguir:

- sujeira excessiva nos domes, nas lentes das câmeras ou nos DVR's;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- precariedade ou ausência de suporte das câmeras;
 - degradação do dome das câmeras;
 - ausência de vedação das câmeras externas;
 - problemas nas fontes de tensão dos DVR's;
 - ausência de nitidez das imagens;
 - saturação excessiva das imagens;
 - ausência de contraste das imagens;
 - oscilação de iluminação das imagens;
 - existência nas imagens de linhas horizontais ou verticais, fixas ou móveis;
 - escurecimento das imagens;
 - congelamento de imagens;
 - ausência de enquadramento da área de cobertura conforme o fiscal local;
 - desalinhamento das câmeras;
 - ausência de gravação das imagens.
5. Corresponderá a **1% (um por cento) cumulativos** de desconto no pagamento do mês correspondente, calculado em referência à integralidade do valor mensal do contrato, cada 1 (um) dia de atraso após o vencimento do prazo da manutenção corretiva ou preventiva.
6. Corresponderá a **0,5% (meio por cento) cumulativo** de desconto no pagamento do mês correspondente, calculado em referência à integralidade do valor mensal do contrato, a ausência de assinatura(s) no documento do anexo 4 e/ou no recibo de material do sistema de CFTV que for eventualmente substituído durante a execução da manutenção corretiva ou preventiva, ou a sua entrega com material discriminado de maneira equivocada, conforme disposto pelo item I, subitem 1.

I. DO DESCARTE DO MATERIAL

1. O material que compõe o sistema de CFTV, ao ser considerado de conserto inviável pela CONTRATADA, deverá ser devolvido à CONTRATANTE, sem prejuízo de sua substituição por outro similar, de características idênticas ou superiores ao material substituído, conforme previsto no item D, subitem 6.9.
- 1.1. O material condenado pela CONTRATADA será devolvido ao fiscal da localidade de onde ele foi retirado e substituído;
- 1.2. A CONTRATADA deverá fornecer recibo, assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA, de devolução de material ao fiscal da localidade de onde o material foi retirado, para ser substituído por outro;
- 1.3. O recibo deverá informar o tipo de material devolvido e sua quantidade, devendo ser enviado por e-mail e em formato PDF, com cópia para o endereço de e-mail do fiscal referido ou da seção de apoio do lugar.
2. O material julgado inservível pelo responsável técnico da CONTRATADA deverá ser devolvido à CONTRATANTE para descarte, de acordo com as orientações do programa de descarte de eletroeletrônicos, elaborado pela SEAMB.
- 2.1. O material destinado a descarte poderá passar por avaliação da fiscalização técnica, que poderá determinar se seus componentes podem ser reaproveitados;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 13/07/2020.

David Henriques Py Braga Spranger
Técnico Judiciário - RJ 18078

Guilherme da Costa Carvalho
Coordenador de Segurança Institucional - RJ 18135

Victor Coutinho Iaccarino
Coordenador do Núcleo de Segurança – RJ18138





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 1
DO TERMO DE REFERÊNCIA

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO

1. DO PAGAMENTO

1.1. Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO serão pagos da seguinte maneira:

1.1.1. Para as Manutenções Preventiva e Corretiva com fornecimento de peças:

Será pago um valor Mensal, para cada localidade constante no **item C**, conforme a quantidade e o tipo dos equipamentos instalados e mantidos relacionados no **Anexo 2**; Os custos com deslocamentos deverão estar inclusos nos valores dos serviços.

1.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal de serviço, para cada localidade constante no **item C**, um relatório com o resumo dos serviços executados, para posterior conferência e pagamento, que deverá incluir necessariamente os seguintes itens:

1.1.2.1. Detalhamento das atividades de manutenção preventiva e corretiva executadas, conforme **Anexo 4**;

1.1.2.2. Detalhamento dos equipamentos, peças e materiais de infraestrutura requisitados, aprovados, ou ainda pendentes de aprovação;

1.1.2.3. Relatório conforme item D.5;

2. DA VISTORIA

2.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante, **facultativamente**, poderá comparecer em todos os imóveis onde serão executados os serviços, constantes no **ITEM C**, acompanhado por servidor designado para esse fim;

2.2. A vistoria deverá ser previamente agendada com a Divisão Especial de Segurança, pelo telefone (21) 3218-9649, e ser realizada até ao último dia anterior à data de abertura da sessão do pregão eletrônico.

2.3. A vistoria poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 11hs às 17hs.

2.3.1. Em nenhuma hipótese a **CONTRATADA** poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos de qualquer das condições dos serviços a serem contratados.

2.4. Por questões de segurança, não serão entregues desenhos e plantas dos Imóveis.

2.5. Contudo, caso seja solicitado pelas licitantes, serão disponibilizadas para consulta no edifício SEDE da Justiça Federal em Rio de Janeiro, apenas durante o período de vistoria, as plantas do sistema de CFTV.

2.6. É vedado qualquer registro fotográfico das dependências e instalações no interior dos imóveis da Justiça Federal, bem como das plantas apresentadas.

2.7. Eventuais problemas observados na fase de vistoria e de elaboração da proposta deverão ser apontados formalmente antes da data prevista para a abertura da licitação (conforme datas e prazos estabelecidos no presente edital); após esta data, nenhuma reclamação será aceita, cabendo à **CONTRATADA** a execução do objeto em sua totalidade.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

3. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

3.1. REQUISITOS TÉCNICOS:

3.1.1. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais. O documento deve comprovar atividade relacionada com o objeto da presente licitação.

3.1.2. DOS ATESTADOS

3.1.2.1. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado **contrato de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e sistema de CFTV, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, composto por, pelo menos, 60 câmeras analógicas**, de forma satisfatória.

3.1.2.1.1. Para a comprovação da exigência acima descrita, será permitido o somatório de atestados, desde que os contratos tenham sido executados de forma concomitante.

3.1.2.2. Os atestados deverão mencionar as características dos serviços claramente, de modo a não dar margem a dúvidas quanto à similitude com o objeto desta especificação.

3.1.2.3. Comprovante(s) fornecido(s) pela(s) licitante(s) de que possui profissional(is), detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais, por execução de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, ou seja, instalação e manutenção de sistema de CFTV.

3.1.2.3.1. A comprovação da responsabilidade técnica do(s) profissional(is) designado(s) como responsável(is) técnico(s) pelo contrato será aceita por intermédio de atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais.

3.1.2.3.2. O(s) profissional(ais) a ser(em) designado(s) como responsável(is) técnico(s) pelo contrato deverá(ão) constar da relação de profissionais no registro da empresa no CREA e/ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais, de cujo vínculo necessário a comprovação será efetivada da seguinte forma:

- a) O(s) profissional(is) designado(s) como responsável(is) técnico(s) pelos serviços deverá(ão) comprovar o vínculo profissional com a licitante por meio de: cópia de carteira de trabalho (CTPS), contrato social da licitante, contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência do mesmo profissional (conforme Acórdão 1806/2015 - TCU – Plenário).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- b) **No caso de empregado da empresa:** através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante.
- c) **No caso de profissionais que detenham vínculo através de Contrato de Prestação de Serviços:** através da apresentação do Instrumento Particular de Prestação de Serviços celebrado ente o profissional e a empresa licitante até a data da apresentação da documentação, juntamente com a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA e/ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais, com prazo de vigência válido, no qual conste a inscrição do profissional citado no referido Instrumento Particular, como responsável técnico da licitante.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 2
DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS									
Localidade	DV R	Câmera	Monitor	Nobreaks					
				800V A	1200 VA	1800 VA	2000 VA	2500 VA	3200 VA
Nova Friburgo	2	32	4	1	-	-	-	-	-
Petrópolis	2	25	2	1	-	-	-	-	-
Três Rios	3	37	4	-	1	-	-	-	-
Barra do Pirai	2	20	5	1	-	-	-	-	-
Campos	4	60	5	-	-	-	1	-	-
Teresópolis	3	35	4	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14	209	24	3	1	0	1	0	0





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 3
DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS
PEÇAS E COMPONENTES

1. Câmera de vídeo profissional IR (infravermelho).

- 1.1. CCD 1/3" Super HADII.
- 1.2. Resolução mínima: 650 TVL.
- 1.3. Lente 2,8 -12 mm.
- 1.4. Alcance do IR: máximo 40m.
- 1.5. Controle automático de íris: DC / VIDEO.
- 1.6. Alimentação: 12 VCC.
- 1.7. Consumo máximo de corrente ≤ 850 mA.
- 1.8. AGC (Automatic gain control) - Controle automático de ganho.
- 1.9. BLC - (Black light compensation) - Compensação de luz de fundo automática.
- 1.10. HLC - (Highlight compensation)- Mascaramento de luz de faróis.
- 1.11. WDR (White dynamic range) - Faixa ampla dinâmica.
- 1.12. ATW (Auto White Balance) - Balanço automático de branco.
- 1.13. Auto Íris DC.
- 1.14. Processamento digital de sinal.
- 1.15. Saída de Vídeo: 1,0 Vpp, 75 Ω , desbalanceado.
- 1.16. Relação sinal/ruído: ≥ 50 db.
- 1.17. IR inteligente.
- 1.18. IRC - Infrared cutter.
- 1.19. Flickerless.
- 1.20. Detecção de movimento.
- 1.21. Sensibilidade mínima: 0,2 lux (cor), 0,02 lux (P&B) sem o IR.
- 1.22. Conectores de vídeo: BNC.
- 1.23. Borne P4 para alimentação.
- 1.24. Caixa de proteção IP66 anodizada e suporte para uso interno e externo.
- 1.25. Referência: Câmera VP S640IR da Intelbrás ou similar.

2. Gravador de imagens com 16 canais

- 2.1. Gravador digital com HD (DVR- Digital Video Recorder) dedicado (Standalone).
- 2.2. Deve vir com um HD interno instalado de, no mínimo, 2TB (Dois Terabytes).
- 2.3. Função Pentaplex (Reprodução de imagens ao vivo/ gravadas/ gravação/ backup/ acesso remoto).
- 2.4. Saídas VGA e HDMI.
- 2.5. Sinal de vídeo PAL/NTSC.
- 2.6. Padrão de compressão mínimo: H.264.
- 2.7. Resolução de gravação mínima por canal:
2.7.1.D1: 1 a 15 fps,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 2.7.2.2CIF: 1 a 15 fps,
- 2.7.3.CIF: 1 a 30 fps,
- 2.7.4.QCIF: 1 a 30 fps (em todos os canais simultaneamente).
- 2.8. Resolução de vídeo em Pixels:
 - 2.8.1.D1 (4CIF): NTSC- 704x480 PAL- 704x576,
 - 2.8.2.2CIF: NTSC - 704x240 PAL- 704x288,
 - 2.8.3.CIF: NTSC - 352x240 PAL- 352x288,
 - 2.8.4.QCIF: NTSC - 176x120 PAL- 176x144.
- 2.9. Configuração da imagem:
 - 2.9.1.Qualidade com 6 níveis configuráveis individualmente por canal, resultando na alteração do tamanho do arquivo de vídeo.
 - 2.9.2.Máscara de privacidade.
- 2.10. Câmera oculta.
- 2.11. Bitrate com configuração individual por canal.
- 2.12. Informação em tela:
 - 2.12.1. Título da câmera.
 - 2.12.2. Horário.
 - 2.12.3. Perda de vídeo.
 - 2.12.4. Bloqueio de câmera.
 - 2.12.5. Detecção de movimento.
 - 2.12.6. Gravação.
 - 2.12.7. Alarme.
- 2.13. Detecção de movimento 330 (22x15) zonas de detecção com 6 níveis de sensibilidade configurável por canal, detecção de perda de vídeo e de mascaramento de câmera.
- 2.14. Gravação: Manual, contínua, contínua com condições de sobrescrever, agendada, detecção de movimento, mascaramento de câmera e perda de vídeo. Stream regular e detecção de movimento.
- 2.15. Reprodução:
 - 2.15.1. Modo de busca por hora/data ou por evento.
 - 2.15.2. Reprodução regular, por alarme ou por detecção de movimento.
 - 2.15.3. Pausa, parar, retrocesso, reprodução rápida, reprodução lenta, próximo arquivo, arquivo anterior, próximo canal, canal anterior, tela cheia, repetição aleatória e seleção de arquivo para backup.
- 2.16. Backup:
 - 2.16.1. CD-RW USB, DVD RW USB,
 - 2.16.2. Pen Drive,
 - 2.16.3. Disco flash,
 - 2.16.4. Disco rígido USB,
 - 2.16.5. Download por rede e FTP,
 - 2.16.6. Deve comportar Backup em formatos abertos.
- 2.17. Interface RJ 45 Ethernet (pelo menos 10/100Mbps).
- 2.18. Transmissão TCP/IP, DDNS, PPPoE, FTP, NTP, DHCP e filtro IP e-mail.
- 2.19. Assistente de configuração de rede.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 2.20. Cliente embarcado para serviço de IP dinâmico (DDNS).
 - 2.21. Operação remota: Monitoramento, configuração total do sistema, reprodução, download de arquivos gravados e informações sobre registros.
 - 2.22. Deve permitir controle de banda individual por canal para otimização da transmissão.
 - 2.23. Deve oferecer pelo menos duas opções de taxas diferentes para gravação e transmissão de imagens pela rede, configuráveis independentemente por canal - Dual Stream.
 - 2.24. Operação remota via BROWSER: Todas as funções de busca, backup remoto e gravação remota poderão ser feitas em local, ligado à rede (Internet), via Web Browser conhecido no mercado como, por exemplo, o Internet Explorer, em sistemas operacionais atuais.
 - 2.25. Deve possuir marca d'água.
 - 2.26. Deve possuir pelo menos duas portas USB (mínimo 2.0),
 - 2.27. Alimentação bivolt: 110- 240VAC, 50/60Hz (automático).
 - 2.28. Conectores de vídeo BNC.
 - 2.29. Temperatura de funcionamento normal entre -10°C e 55°C.
 - 2.30. Umidade relativa para operação normal entre 10% e 90%.
 - 2.31. Segurança elétrica conforme NBR 14136 do INMETRO.
 - 2.32. Referência: VD 5016 da Intelbrás ou similar.
- 3. Monitor/TV de Vídeo com entrada HDMI**
- 3.1. Tela de no mínimo 32 polegadas, LED (ou superior), exceto nas unidades cujo monitor for de resolução superior e em Nova Friburgo, cujo padrão mínimo será de 20 polegadas, LED (ou superior);
 - 3.2. Full HD (Resolução 1920x1080 pixels).
 - 3.3. Reprodução de vídeo NTSC/PAL.
 - 3.4. Deve ter entrada VGA, HDMI, USB, Vídeo Componente.
 - 3.5. Alimentação bivolt.
 - 3.6. Controle remoto.
 - 3.7. Manual de instruções em português.
- 4. Conector BNC Macho 75 Ohms Para Cabo Rg-59**
- 4.1. Conector BNC macho de crimpar, para cabo coaxial RG-59, 75 ohms.
 - 4.2. O conector deverá ter o pino macho de cobre berílio dourado; o corpo, a capa e demais partes metálicas, de latão niquelado; o isolante de teflon.
 - 4.3. Referência: LM-64 da KLC Conectores ou similar.
- 5. NoBreak de 800VA**
- 5.1. Modelo monovolt 115V~: entrada 115/127V~ e saída 115V~.
 - 5.2. Modelo monovolt 220V~: entrada 220V~ e saída 220V~.
 - 5.3. Modelo bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~.
 - 5.4. Filtro de linha.
 - 5.5. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação.
 - 5.6. Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM).
 - 5.7. DC Start.
 - 5.8. Battery Saver: evita o consumo desnecessário da carga da bateria, preservando a sua vida útil.
 - 5.9. Autodiagnostico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída.
 - 5.10. Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 5.11. Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga.
 - 5.12. Função True RMS: indicada para todos os tipos de rede, principalmente redes instáveis.
 - 5.13. Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno.
 - 5.14. Auto teste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal.
 - 5.15. Interativo - regulação on-line.
 - 5.16. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).
 - 5.17. Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares).
 - 5.18. Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações.
 - 5.19. Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações.
 - 5.20. Porta fusível externo com unidade reserva.
- 6. NoBreak de 1200VA**
- 6.1. Modelo monovolt 115V~: entrada 115/127V~ e saída 115V~.
 - 6.2. Modelo monovolt 220V~: entrada 220V~ e saída 220V~.
 - 6.3. Modelo bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~.
 - 6.4. Filtro de linha.
 - 6.5. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação.
 - 6.6. Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM).
 - 6.7. DC Start.
 - 6.8. Battery Saver: evita o consumo desnecessário da carga da bateria, preservando a sua vida útil.
 - 6.9. Autodiagnostico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída.
 - 6.10. Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado.
 - 6.11. Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga.
 - 6.12. Função True RMS: indicada para todos os tipos de rede, principalmente redes instáveis.
 - 6.13. Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno.
 - 6.14. Auto teste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal.
 - 6.15. Interativo - regulação on-line.
 - 6.16. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).
 - 6.17. Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares).
 - 6.18. Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 6.19. Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações.
- 6.20. Porta fusível externo com unidade reserva.
- 7. NoBreak de 2000VA**
- 7.1. Modelo monovolt 115V~: entrada 115/127V~ e saída 115V~.
- 7.2. Modelo monovolt 220V~: entrada 220V~ e saída 220V~.
- 7.3. Modelo bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~.
- 7.4. Filtro de linha.
- 7.5. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação.
- 7.6. Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM).
- 7.7. DC Start.
- 7.8. Battery Saver: evita o consumo desnecessário da carga da bateria, preservando a sua vida útil.
- 7.9. Autodiagnostico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída.
- 7.10. Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado.
- 7.11. Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga.
- 7.12. Função True RMS: indicada para todos os tipos de rede, principalmente redes instáveis.
- 7.13. Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno.
- 7.14. Auto teste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal.
- 7.15. Interativo - regulação on-line.
- 7.16. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).
- 7.17. Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares).
- 7.18. Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações.
- 7.19. Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações.
- 7.20. Porta fusível externo com unidade reserva.
- 8. Fonte de alimentação**
- 8.1. Tensão de entrada entre 100VAC a 240VAC, 60 Hz.
- 8.2. Tensão de saída 12v DC.
- 8.3. Corrente de saída 1A.
- 9. Teresópolis**, sendo que o restante dos equipamentos dessa unidade segue as diretrizes técnicas dos itens anteriores:
- 9.1. DVR Stand Alone 16 CH 3116 MultiHD Intelbras [ou similar]
- 9.2. Câmera IP 3220 Intelbras [ou similar]
- 9.3. Monitor 19" LCD.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 4
MODELO DE ROTEIRO MÍNIMO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA
MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL OU CORRETIVA - CFTV

LOCAL: RESENDE		DATA DE SOLICITAÇÃO: 24 / 06 / 2020		DATA DE INÍCIO DE EXECUÇÃO:		DATA DO FIM DA EXECUÇÃO:	
MÊS DE REFERÊNCIA: JUNHO2020							
MANUTENÇÃO: (X) PREVENTIVA () CORRETIVA							
Item	Medições, Execuções e Verificações	UN	OCORRÊNCIA				
1.0	MEDIR		S	NS	AÇÃO	SIM	NÃO
1.1	Tensão de alimentação da fonte do DVR's	V			Corrigir		
1.2	Tensão das baterias dos Nobreaks	V			Corrigir		
2.0	EXECUTAR						
2.1	Limpeza de lentes das câmeras				Limpar		
2.2	Limpeza do dome das câmeras				Limpar		
2.3	Limpeza dos DVRs				Limpar		
3.0	VERIFICAR E AJUSTAR						
3.1	O suporte das câmeras				Corrigir		
3.2	O estado do Dome das câmeras				Corrigir		
3.3	Vedação das câmeras externas				Corrigir		
3.4	Fontes de tensão dos DVRs				Corrigir		
3.5	A nitidez das imagens				Corrigir		
3.6	A saturação das imagens				Corrigir		
3.7	O contraste das imagens				Corrigir		
3.8	A oscilação de iluminação das imagens				Corrigir		
3.9	A existência de linhas horizontais ou verticais, fixas ou móveis.				Corrigir		
3.10	O escurecimento das imagens				Corrigir		
3.11	Congelamentos de imagens				Corrigir		
3.12	O enquadramento da área de cobertura				Corrigir		
3.13	O alinhamento das câmeras				Corrigir		
3.14	Conexões BNC				Corrigir		
OBS:							
Executante:					Visto:		
Manutenção: () Concluída () Concluída fora do prazo [48h a corretiva, contados do atendimento; 10 dias úteis a preventiva, contados da data de solicitação] () Inconcluída [sistema de CFTV comprometido]							
Fiscal e matrícula:					Visto:		
Legenda: S = Satisfatório, NS = Não Satisfatório.							





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Observações:

1. As atividades acima indicadas deverão ser complementadas pela Contratada, que proporá outras medidas preventivas imprescindíveis ao bom funcionamento do sistema.
2. Indicar todos os materiais substituídos e fazer observações sobre os itens que apresentaram anormalidades.
3. Como instrumento para o IMR e a fiscalização adequada, o roteiro de manutenção pode ser aperfeiçoado a qualquer tempo, desde que respeitando os critérios definidos no item H.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 5
DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO – TCMS

[Qualificação: nome, nacionalidade, CPF..., identidade (nº, data e local de expedição), filiação e endereço], perante a JUSTIÇA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:

- a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pela JUSTIÇA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações
- d) classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do Banco Central, salvo autorização da autoridade competente.

Declaro que [recebi] [tive acesso] ao [documento ou material entregue ou exibido ao signatário], e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

[Local, data e assinatura]

[Duas testemunhas identificadas]

(modelo constante do Anexo I do Decreto nº 7.845, de 14.11.2012)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 6
DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO
TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Ref.: Contrato nº ____/____

Por meio deste instrumento, com a finalidade de representá-la perante a Justiça Federal no Rio de Janeiro na condução do Contrato em referência, a _____ (nome da empresa) nomeia e constitui como seu(sua) preposto(a):

- Nome:
- CPF:
- Telefones para contato:
- Endereço eletrônico:
- Endereço para correspondência:

O(a) preposto(a) dará atendimento à fiscalização da Justiça Federal no Rio de Janeiro a qualquer tempo do horário comercial, ficando responsável, entre outras atividades, por:

- coordenar a prestação dos serviços objeto deste Contrato, recebendo solicitações e orientações da fiscalização da Justiça Federal no Rio de Janeiro;
- Regularizar faltas e falhas ocorridas durante a execução dos serviços;
- Providenciar a reposição em caso de não comparecimento de empregado ao posto de trabalho;
- Receber os questionamentos da Justiça Federal no Rio de Janeiro, e providenciar a devida solução, em eventuais problemas na documentação relacionada ao Contrato, como notas fiscais, comprovantes de cumprimento das obrigações trabalhistas, documentação exigida dos empregados, certidões de regularidade fiscal e garantias contratuais;
- Participar de reuniões convocadas pela fiscalização do Banco e assinar as respectivas atas, obrigando a Contratada nos termos nelas constantes;
- Receber, por meio de correspondências, mensagens eletrônicas ou telefonemas, quaisquer comunicações do Banco relativas ao Contrato;
- Representar a Contratada em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação.

_____, ____ de _____ de _____

(Representante legal da Contratada, com identificação completa)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 7
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GESTOR (IMR) – MODELO

ACOMPANHAMENTO DE MANUTENÇÃO DE CFTV											
Número	Unidade da SJRJ	Sigla da unidade	Data de solicitação manutenção	Data de finalização manutenção	Ausência assinatura	Falhas técnicas	Dias de atraso	Dias úteis p/ concluir	Manutenção	Mês de referência	Desconto efetivo
1	Venezuela	VZ	quarta-feira, 1 de maio de 2019	sexta-feira, 10 de maio de 2019	1	2	0	✓8	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 84,00
2	Rio Branco	RB	sexta-feira, 3 de maio de 2019	terça-feira, 14 de maio de 2019	0	1	0	✓8	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 36,00
3	Almirante	AB	terça-feira, 7 de maio de 2019	quinta-feira, 23 de maio de 2019	1	3	2	✗13	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 168,00
4	Equador	CE	quinta-feira, 2 de maio de 2019	sexta-feira, 10 de maio de 2019	0	1	0	✓7	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 36,00
5	SEARQ	AQ	sexta-feira, 3 de maio de 2019	sexta-feira, 10 de maio de 2019	1	0	0	✓6	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 12,00
6	Campo Grande	CG	quinta-feira, 2 de maio de 2019	sexta-feira, 17 de maio de 2019	0	0	1	✗12	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 24,00
7	Nova Iguaçu	NI	quinta-feira, 2 de maio de 2019	quinta-feira, 16 de maio de 2019	0	3	0	✓11	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 108,00
8	São João	SJ	quarta-feira, 1 de maio de 2019	sexta-feira, 17 de maio de 2019	0	0	2	✗13	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 48,00
9	Caxias	DC	sexta-feira, 3 de maio de 2019	quarta-feira, 15 de maio de 2019	0	2	0	✓9	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 72,00
10	Macaé	MC	segunda-feira, 6 de maio de 2019	quarta-feira, 15 de maio de 2019	0	1	0	✓8	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 36,00
11	Magé	MG	sexta-feira, 10 de maio de 2019	sexta-feira, 24 de maio de 2019	0	0	0	✓11	PREVENTIVA	MAIO	R\$ -
12	São Gonçalo	SG	quarta-feira, 8 de maio de 2019	sexta-feira, 24 de maio de 2019	0	0	2	✗13	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 48,00
13	Niterói 2	N2	sexta-feira, 3 de maio de 2019	quinta-feira, 16 de maio de 2019	1	1	0	✓10	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 48,00
14	Niterói 1	N1	quinta-feira, 2 de maio de 2019	quinta-feira, 16 de maio de 2019	0	2	0	✓11	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 72,00
15	Resende	RS	segunda-feira, 29 de abril de 2019	sexta-feira, 17 de maio de 2019	1	1	4	✗15	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 144,00
16	São Pedro	SP	quinta-feira, 2 de maio de 2019	segunda-feira, 20 de maio de 2019	0	0	2	✗13	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 48,00
17	Volta Redonda	VR	sábado, 4 de maio de 2019	segunda-feira, 20 de maio de 2019	0	0	0	✓11	PREVENTIVA	MAIO	R\$ -
18	Itaboraí	IT	sexta-feira, 10 de maio de 2019	segunda-feira, 20 de maio de 2019	0	2	0	✓7	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 72,00
18	Itaperuna	IP	quinta-feira, 9 de maio de 2019	quarta-feira, 22 de maio de 2019	0	2	0	✓10	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 72,00
18	Teresópolis	TE	quarta-feira, 8 de maio de 2019	quinta-feira, 23 de maio de 2019	1	1	1	✗12	PREVENTIVA	MAIO	R\$ 72,00
19	TOTAL/MÊS	SJRJ			6	22	14	208			R\$1.200,00
20	MÉDIA/UNID.	SJRJ			0,3	1,1	0,7	10			R\$ 60,00
VALOR MENSAL DO SERVIÇO:					R\$8.000,00					PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL:	
										15,0%	

versão 1.6/2017

28/28

TR_CFTV-2017 - V5.1 - Capital e Interior



JFRJSEC202000051A

SIGA